



3º Simulado Especial

INSS

Pré-edital

Simulado

3º Simulado Especial INSS

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para INSS;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/J5RVsYGFMd5ZERpa9>

01 - C E	16 - C E	31 - C E	46 - C E	61 - C E	76 - C E	91 - C E	106 - C E
02 - C E	17 - C E	32 - C E	47 - C E	62 - C E	77 - C E	92 - C E	107 - C E
03 - C E	18 - C E	33 - C E	48 - C E	63 - C E	78 - C E	93 - C E	108 - C E
04 - C E	19 - C E	34 - C E	49 - C E	64 - C E	79 - C E	94 - C E	109 - C E
05 - C E	20 - C E	35 - C E	50 - C E	65 - C E	80 - C E	95 - C E	110 - C E
06 - C E	21 - C E	36 - C E	51 - C E	66 - C E	81 - C E	96 - C E	111 - C E
07 - C E	22 - C E	37 - C E	52 - C E	67 - C E	82 - C E	97 - C E	112 - C E
08 - C E	23 - C E	38 - C E	53 - C E	68 - C E	83 - C E	98 - C E	113 - C E
09 - C E	24 - C E	39 - C E	54 - C E	69 - C E	84 - C E	99 - C E	114 - C E
10 - C E	25 - C E	40 - C E	55 - C E	70 - C E	85 - C E	100 - C E	115 - C E
11 - C E	26 - C E	41 - C E	56 - C E	71 - C E	86 - C E	101 - C E	116 - C E
12 - C E	27 - C E	42 - C E	57 - C E	72 - C E	87 - C E	102 - C E	117 - C E
13 - C E	28 - C E	43 - C E	58 - C E	73 - C E	88 - C E	103 - C E	118 - C E
14 - C E	29 - C E	44 - C E	59 - C E	74 - C E	89 - C E	104 - C E	119 - C E
15 - C E	30 - C E	45 - C E	60 - C E	75 - C E	90 - C E	105 - C E	120 - C E

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/TQpr>

PORTUGUÊS**Patrícia Manzato****Texto AI1A02**

Apesar do termo ser conhecido, nem todo mundo sabe o que é Previdência Social. Bem, a Previdência Social é um seguro social em que o trabalhador participa através de contribuições mensais. O benefício dessa contribuição é garantir ao trabalhador segurado uma renda na hora em que ele não puder mais trabalhar – ou seja, quando ele se aposentar.

Em outras palavras, a previdência social é o sistema público que garante as aposentadorias dos trabalhadores brasileiros.

Vale ainda notar que, além de proteger o trabalhador para a sua aposentadoria, a Previdência tem como missão proteger os trabalhadores contra os chamados riscos econômicos: como a perda de rendimentos por conta de doença, invalidez, entre outros infortúnios.

Assim, o sistema não oferece apenas aposentadorias, mas também benefícios como auxílio-doença, salário-maternidade e pensão por morte!

A Previdência Social no Brasil funciona a partir da mesma lógica usada em um seguro. Qualquer seguro funciona por conta da existência de subgrupos, alguns superavitários, outros deficitários: estes são sustentados por aqueles.

O que isso quer dizer? Simplesmente que as contribuições dos trabalhadores ativos servem para custear os benefícios dos trabalhadores inativos (aposentados, pensionistas e outros).

Assim, as receitas da previdência são contribuições de empregadores, de empregados, e da União (com contribuições sociais e receitas do orçamento fiscal).

Disponível em <<https://www.politize.com.br/previdencia-social-o-que-e/>>

No que se refere aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, julgue os itens a seguir:

01. Segundo o texto, previdência social se restringe à aposentadoria dos trabalhadores.

02. Pode-se afirmar que a previdência social no Brasil trabalha com o equilíbrio entre grupos, nem todos superavitários.

03. A oração reduzida de infinitivo “*para custear os benefícios dos trabalhadores inativos*” (6º parágrafo) poderia ser substantivada, mantidos o sentido e a correção gramatical: *para o custeamento dos benefícios dos trabalhadores*.

04. O pronome relativo “em que” em “a Previdência Social é um seguro social em que o trabalhador participa” pode ser substituído por “onde”, sem alteração de sentido ou incorreção gramatical.

05. A substituição do travessão por vírgula no primeiro parágrafo não prejudica a correção gramatical do período.

06. O texto possui duas partes, estruturadas a partir de uma definição, seguida de explicação e conclusão.

Texto AI2A01

Dizem que todos os dias você deve comer uma maçã por causa do ferro. E uma banana pelo potássio. E também uma laranja pela vitamina C.

Uma xícara de chá verde sem açúcar para prevenir a diabetes.

Todos os dias deve-se tomar ao menos dois litros de água. E uriná-los, o que consome o dobro do tempo.

Todos os dias deve-se tomar um Yakult pelos lactobacilos (que ninguém sabe bem o que é, mas que aos bilhões, ajudam a digestão).

Cada dia uma Aspirina, previne infarto.

Uma taça de vinho tinto também. Uma de vinho branco estabiliza o sistema nervoso.

Um copo de cerveja, para... não lembro bem para o que, mas faz bem.

O benefício adicional é que se você tomar tudo isso ao mesmo tempo e tiver um derrame, nem vai perceber. (...)

Há que se dormir oito horas por noite e trabalhar outras oito por dia, mais as cinco comendo são vinte e uma. Sobram três, desde que você não pegue trânsito.

As estatísticas comprovam que assistimos três horas de TV por dia. Menos você, porque todos os dias você vai caminhar ao menos meia hora (por experiência própria, após quinze minutos dê meia volta e comece a voltar, ou a meia hora vira uma).

E você deve cuidar das amizades, porque são como uma planta: devem ser regadas diariamente, o que me faz pensar em quem vai cuidar delas quando eu estiver viajando. (...)

Na minha conta são 29 horas por dia. A única solução que me ocorre é fazer várias dessas coisas ao mesmo tempo! (...)

Agora tenho que ir.

É o meio do dia, e depois da cerveja, do vinho e da maçã, tenho que ir ao banheiro. E já que vou, levo um jornal... Tchau!

Nelson Rodrigues

Disponível em <<https://www.universodosleitores.com/>>

Em relação aos sentidos e às construções linguísticas do texto precedente, julgue os itens a seguir:

07. Pode-se inferir do texto que o autor se mostra descrente com todos os deveres diários.

08. Pela sua organização e objetivo, pode-se afirmar que o texto é predominantemente injuntivo.

09. Seria mantido o sentido, caso o conectivo destacado em “*E uma banana pelo potássio. E também uma laranja pela vitamina C.*” fosse substituído por “assim como” e realizadas as alterações na pontuação necessárias.

10. Os trechos “sem açúcar” em “chá verde sem açúcar” e “ao mesmo tempo” em “várias dessas coisas ao mesmo tempo” exercem a mesma função sintática.

11. Seriam mantidos o sentido e a correção gramatical, caso fosse inserida uma vírgula antes de “deve-se tomar ao menos dois litros de água.”.

12. Pode-se afirmar do texto que sua construção enfatiza a ideia criticada pelo autor: transformar o dia em uma lista de afazeres.

Tendo como referência o Manual de Redação da Presidência da República, julgue os itens seguintes:

13. Na indicação da data no ofício, admite-se tanto o uso de numeral ordinal quanto o de numeral cardinal, razão por que seria igualmente adequado usar 01 em vez de “1º”.

14. A ausência de assinatura em correspondência enviada pelo Presidente da República está de acordo com o previsto no MRPR.

15. Em caso de ofício do Diretor-Geral do Ministério do Trabalho e da Previdência encaminhado ao Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, o fecho adequado seria “Atenciosamente”.

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Carlos Henrique

Considere, abaixo, as afirmações e o valor lógico atribuído a cada uma delas entre parênteses.

- Ou Junior é pintor, ou Bia não é cozinheira (afirmação FALSA).
- Se César é matemático, então Junior não é pintor (afirmação FALSA).
- Bia é cozinheira ou Ana não é motoqueira (afirmação VERDADEIRA).

A partir dessas afirmações, julgue os itens **16** e **17**:

16. A proposição “César é matemático e Ana não é motoqueira” é verdadeira.

- 17.** A negação da proposição “Se César é matemático então Júnior não é pintor” é dada pela proposição “César não é matemático ou Júnior não é pintor”.

O Estratégia Concursos promoveu uma reunião entre os professores. Em um certo intervalo, 20% das mulheres deixaram a sala de reunião e o número de professoras ficou igual a $\frac{3}{5}$ do número de professores homens. Se, com a saída das mulheres, o grupo passou a ser de 320 pessoas, julgue os itens **18 e 19**:

- 18.** Depois da saída das mulheres, a porcentagem de homens passou a ser superior a 65%

- 19.** A quantidade original de pessoas na reunião é inferior a 360 pessoas.

No Rio de Janeiro, foram entrevistadas várias pessoas acerca de suas preferências em relação a três raves; Master RJ (M), Nano Tech (N) e Primer RJ (P). Os resultados mostraram que:

420 pessoas gostam da rave M.

420 pessoas gostam da rave N.

500 pessoas gostam da rave P.

40 pessoas gostam das três raves.

200 pessoas não gostam de nenhuma das três raves.

120 pessoas gostam das raves M e N.

140 pessoas gostam das raves M e P

100 pessoas gostam das raves N e P.

Diante do exposto, julgue os itens **20 e 21**

- 20.** O número de pessoas que respondeu a pesquisa foi superior a 1200

- 21.** A negação da proposição “Corujinha gosta da rave P e não gosta da rave M” é dada por “Se Corujinha não gosta da rave M então ela não gosta da rave P”.

- 22.** Dos 72 servidores públicos de um setor do INSS, sabe-se que: apenas 14 são advogados, 44 são do sexo masculino e 22 são mulheres que não são advogadas.

Com base nessas afirmações, é correto afirmar que o número de homens que não são advogados é superior a 37.

ÉTICA NO SERVIÇO PÚBLICO

Rodrigo Bet

Julgue os itens 23 a 27 a seguir tendo por base os ditames dos Decretos nº 1.171/94 e 6.029/07 que tratam sobre ética no serviço público:

- 23.** O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal é aplicável aos empregados de sociedades de economia mista que desempenhem atividades de interesse público.

- 24.** É vedado ao servidor efetivo de uma autarquia federal retirar documentos pertencentes ao patrimônio público do ambiente de trabalho em qualquer circunstância.

- 25.** Nos termos do Decreto nº 1.171/1994, as penalidades aplicáveis ao servidor público pela Comissão de Ética incluem advertência, suspensão e demissão.

- 26.** A formação de longas filas ou qualquer outra espécie de atraso, decorrente de ação ou omissão de servidor público federal, caracteriza, principalmente, grave dano moral aos usuários dos serviços públicos.

- 27.** A Comissão de Ética Pública (CEP) é composta por cinco brasileiros, escolhidos pelo Presidente da República, com mandatos de três anos, sendo permitida uma única recondução.
-

DIREITO ADMINISTRATIVO*Herbert Almeida*

- 28.** O princípio da continuidade do serviço público admite a paralisação de serviços essenciais em caso de greve de servidores, desde que mantido o atendimento mínimo às necessidades inadiáveis da comunidade.
- 29.** O ato administrativo discricionário, mesmo praticado com margem de liberdade, deve respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
- 30.** O poder regulamentar permite à administração pública editar atos gerais e abstratos, inclusive para criar direitos e obrigações que não estejam previstos em lei, desde que o interesse público assim o justifique.
- 31.** A administração pública pode exigir caução prévia para o exercício do direito de petição, considerando a complexidade de alguns atos administrativos que demandam custos elevados para sua análise.
- 32.** A descentralização por delegação ou colaboração configura a transferência do exercício de serviços públicos delegáveis, em relação não hierarquizada e com a manutenção da titularidade do serviço com o Estado.
- 33.** No âmbito da administração pública, a anulação de um ato administrativo ilegal pode ser realizada tanto pela própria administração quanto pelo Poder Judiciário, com efeitos retroativos (*ex tunc*).

Acerca do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, nos termos da Lei nº 8.112/1990, julgue os itens a seguir.

34. Quando um servidor é absolvido penalmente por falta de provas, ele não poderá ser responsabilizado civil e administrativamente pelo mesmo fato, tendo em vista a independência das instâncias civil, administrativa e criminal.

35. A pena de suspensão aplicada ao servidor federal não pode ultrapassar o prazo de noventa dias, nos casos em que o servidor é reincidente em falta punível com advertência.

DIREITO CONSTITUCIONAL*Nelma Fontana*

A respeito dos direitos e garantias fundamentais, julgue os itens abaixo.

36. Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de emenda à Constituição.

37. O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados.

38. O Estado X editou Lei que obriga as empresas concessionárias de energia elétrica a expedirem notificação com aviso de recebimento para a realização de vistoria técnica no medidor de usuário residencial. Sobre o caso narrado, é correto afirmar que a lei é inconstitucional por violação à competência da União para explorar os serviços e instalações de energia elétrica e para legislar sobre energia.

39. A Constituição Federal autoriza a realização de consultas populares diretas concomitantemente às eleições municipais, observado que os quesitos sejam encaminhados à Justiça Eleitoral até noventa dias antes da data das eleições.

40. Os cargos de Ministro de Estado, Oficiais das Forças Armadas e os da Carreira Diplomática só podem ser ocupados por brasileiros natos.

41. Partidos políticos têm personalidade jurídica de direito público, razão pela qual devem prestar contas à Justiça Eleitoral periodicamente.

Acerca do regime de previdência dos servidores públicos, conforme prescreve a Constituição Federal, julgue o item abaixo.

42. O servidor público da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que tomar posse após a promulgação da Emenda Constitucional 103/2019 será aposentado aos 62 anos de idade, se mulher, e aos 65 anos de idade, se homem, observados o tempo de contribuição e os demais requisitos estabelecidos em lei complementar do respectivo ente federativo.

A respeito dos cargos em comissão e das funções de confiança, analise os itens abaixo.

43. As funções de confiança e os cargos em comissão destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

44. No Windows 10, existe uma série de funcionalidades e recursos de segurança nativos. Eles são incompatíveis com outras plataformas e soluções do mercado e devem funcionar de maneira única no computador, não permitindo instalações de produtos externos.

45. O Word pode contar automaticamente as linhas de um documento e exibir o número apropriado ao lado de cada linha de texto, o que é útil quando se precisa fazer referências a linhas específicas de um documento, como um script ou um contrato legal.

46. No PowerPoint, é possível usar a apresentação em tela inteira e testar o intervalo entre os slides, de forma a ajudar na preparação de uma apresentação com tempo limitado.

47. A função SOMA é uma das mais fundamentais nas operações do Excel. Ela estabelece uma condição: se algo acontecer, faça isso; se não, faça outra coisa.

48. Dentre as diversas funcionalidades oferecidas pelo OneDrive, podemos citar: criar apresentações do zero ou usar um modelo; adicionar texto, imagens, arte e vídeos nas apresentações e usar um design profissional como sendo algumas das mais importantes.

49. Senhas fortes devem ser criadas para permitir o acesso dos usuários autorizados aos sistemas, mas, com a grande quantidade de acessos feitos diariamente em sistemas diferentes, os usuários devem ser orientados a reaproveitar as senhas em vários sistemas, o que facilitará o seu cotidiano.

50. Todas as funcionalidades das redes em geral, são baseadas na análise de permissões do usuário, podendo o mesmo ter um maior ou menor nível de acesso de acordo com as definições da política da empresa.

56. Período de carência consiste no número mínimo de contribuições mensais indispensáveis para que o beneficiário faça jus a um benefício previdenciário, havendo, entretanto, benefícios previdenciários cuja concessão independe de carência.

LEGISLAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Adriana Menezes

51. A competência para legislar sobre previdência social é privativa da União, ao passo que a competência para legislar sobre seguridade social é concorrente entre a União, os estados e o Distrito Federal.

52. Diferentemente do direito à previdência social, tanto o direito à saúde quanto o direito à assistência social não estão vinculados a qualquer contraprestação por seus usuários.

53. A Constituição Federal de 1988 (CF) prevê um rol de serviços da seguridade social que poderão ser estendidos sem a necessidade da correspondente fonte de custeio total.

54. A Constituição Federal prevê que a gestão da seguridade social será tripartite, de caráter democrático e descentralizado, com a participação da comunidade, em especial de trabalhadores, empregadores e aposentados.

55. Ao ter estabelecido que o benefício do auxílio-reclusão é devido apenas para os dependentes dos segurados de baixa renda, o legislador constituinte aplicou o princípio da seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.

57. Acerca dos benefícios previdenciários garantidos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), julgue o item seguinte.

Adailton foi aposentado por tempo de contribuição em 2010 e há 03 anos voltou a contribuir para o RGP na condição de contribuinte individual. No último final de semana, Adailton sofreu um acidente que resultou no afastamento do seu novo trabalho por um período superior a quinze dias. Nessa situação, pode-se afirmar que Adailton terá direito de receber o benefício de auxílio por incapacidade temporária e poderá acumulá-lo com o recebimento de sua aposentadoria paga pelo INSS.

58. Em 13 de novembro de 2019, foi publicada a Emenda Constitucional n. 103/2019, trazendo novas regras para a concessão de pensão por morte no âmbito do Regime Geral de Previdência Social. Considerando a nova legislação ser mais gravosa, pode-se afirmar que apenas os dependentes de segurado que já se aposentou ou que poderia ter-se aposentado antes da EC nº 103/2019 têm direito adquirido aos antigos critérios de cálculo da renda mensal inicial da pensão por morte.

59. Acerca dos benefícios previdenciários garantidos pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS), julgue o item que se segue.

A aposentadoria especial será devida ao segurado empregado e ao trabalhador avulso independentemente da sua idade, se ele comprovar o exercício de atividade com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, de forma permanente, não ocasional nem intermitente, durante um período de quinze, vinte ou vinte cinco anos de contribuição.

60. A renda mensal inicial da aposentadoria especial corresponderá a 100% do salário de benefício, independentemente do tipo de agente prejudicial à saúde a que tenha ficado exposto o segurado.

61. Amarildo, aos 53 anos de idade, perdeu as duas mãos em grave acidente ocorrido na empresa em que trabalhava. Após o exame médico a cargo da perícia médica federal, Amarildo teve a concessão da aposentadoria por incapacidade permanente. Diante do caso apresentado, pode-se afirmar que, devido à idade, Amarildo estará isento de comparecer às avaliações periódicas para revisão do benefício de aposentadoria.

62. A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa exclusiva dos poderes públicos destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

63. No que diz respeito à aposentadoria especial concedida ao segurado do RGPS e à reforma previdenciária trazida pela Emenda Constitucional n. 103/2019, julgue o item que se segue.

Ao segurado do RGPS que comprovar tempo de efetivo exercício de atividade com exposição a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, será reconhecida a conversão de tempo especial em comum, de acordo com a forma prevista na Lei n.º 8.213/1991, inclusive em relação ao tempo cumprido após a vigência da Emenda Constitucional (EC) n.º 103/2019.

64. A aposentadoria por incapacidade permanente acidentária diferencia-se da previdenciária principalmente pelos fatores que deram causa à incapacidade e pelo valor do benefício, que é maior em se tratando de invalidez acidentária.

65. O segurado empregado que continua trabalhando mesmo que sua capacidade de trabalho tenha sido reduzida por doença do trabalho tem direito de receber auxílio por incapacidade temporária acidentário, e de auxílio-acidente, se estiver temporariamente incapacitado de trabalhar.

66. Se o pedido de aposentadoria de segurado do RGPS for indeferido pelo INSS, o direito ao benefício previdenciário será afetado pelos efeitos do tempo e da inércia de seu titular, podendo até se tornar prescrito.

67. O valor dos benefícios previdenciários será reajustado, anualmente, na mesma data do reajuste do salário-mínimo, pro rata, de acordo com suas respectivas datas de início ou do último reajustamento, com base no índice que vier a ser definido por Portaria do ministro de Estado da Previdência Social.

68. João, sete meses após a sua primeira contribuição para o INSS, teve uma forte depressão que fez com que ele ficasse incapacitado para o exercício de suas atividades profissionais habituais por um período de aproximadamente seis meses. Diante disso, João requereu o benefício de auxílio por incapacidade temporária, o qual foi indeferido pelo INSS. Nesse caso, pode-se afirmar que está correto o indeferimento porque João não cumpriu o período de carência exigido pela lei para ter direito ao benefício.

69. Em relação à contagem recíproca de tempo de contribuição, julgue o item que se segue.

É permitida a contagem recíproca do tempo de contribuição entre o RGPS, regime de previdência complementar e regimes próprios de previdência social (RPPS), bem como destes entre si, observada a compensação financeira, de acordo com os critérios estabelecidos em lei.

70. O segurado com deficiência poderá se aposentar por idade ou por tempo de contribuição com critérios diferenciados. Mas, a legislação garante-lhe a faculdade de optar pela percepção de qualquer outra espécie de aposentadoria do RGPS que lhe seja mais vantajosa.

71. É vedada a acumulação de pensão por morte deixada por cônjuge ou companheiro do regime geral de previdência social com aposentadoria concedida por regime próprio de previdência social.

72. O aposentado pelo RGPS que permanecer em atividade sujeita a esse regime ou a ele retornar ficará dispensado de contribuir para o custeio da previdência e não fará jus a prestação alguma da previdência social em decorrência do exercício dessa atividade, exceto ao salário-família e à reabilitação profissional, quando empregado.

73. Pastor evangélico que atue exclusivamente em sua atividade religiosa é considerado segurado facultativo do RGPS.

74. Configurado o acidente de trabalho, o recebimento do benefício de auxílio por incapacidade temporária acarreta ao empregado uma estabilidade de 12 meses a contar da constatação do nexo entre a doença e o trabalho.

75. É admitida a contagem recíproca de tempo de contribuição ao trabalhador que exerce concomitantemente atividade remunerada vinculada ao RGPS e outra vinculada a regime próprio de previdência social (RPPS).

76. As fontes de receitas da seguridade social estão taxativamente previstas na Constituição Federal de 1988, dentre elas, a contribuição social sobre bens e serviços, nos termos da lei complementar.

77. A Constituição Federal não permite a incidência de contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo Regime Geral de Previdência Social.

78. A respeito do financiamento da seguridade social, julgue o item que se segue.

A contribuição social sobre bens e serviços é fonte de custeio da seguridade social e poderá ter sua alíquota fixada em lei ordinária.

79. A Constituição Federal não permite a cobrança de contribuições destinadas à seguridade social no mesmo exercício financeiro em que seja publicada a lei que as instituir ou majorar.

80. O INSS poderá se valer do uso da telemedicina para avaliar as condições que ensejaram a concessão do benefício por incapacidade.

- 81.** A concessão de pensão por morte é protelada pela falta de habilitação de outro possível dependente e qualquer habilitação que importe em exclusão ou inclusão de dependente produzirá efeito a contar da data do óbito.
- 82.** A pensão por morte poderá ser concedida, em caráter provisório, por morte presumida, em caso de desaparecimento do segurado por motivo de catástrofe, acidente ou desastre, a contar da data da ocorrência, mediante prova hábil.
- 83.** Não caberá recurso da decisão da autoridade competente do Instituto Nacional do Seguro Social que considerar eficaz ou ineficaz a justificação administrativa.
- 84.** Todas as aposentadorias concedidas pelo RGPS são irreversíveis e irrenunciáveis.
- 85.** Em caso de parto de natimorto, a segurada terá direito ao salário-maternidade correspondente a duas semanas.
- 88.** Ana e Jorge viviam em união estável há 10 meses quando Jorge faleceu. Ana não poderá receber pensão por morte, pois não cumpriu o tempo mínimo de união estável exigido pela legislação.
- 89.** Fernanda, médica autônoma, começou a contribuir para a Previdência Social há 3 meses e sofreu um acidente. Ela poderá receber o auxílio por incapacidade temporária, mesmo sem ter cumprido o período de carência.
- 90.** Gustavo, segurado empregado, teve o benefício de auxílio-acidente concedido em 2021 e solicitou sua aposentadoria em 2023. Ele continuará recebendo o auxílio-acidente acumulado com a aposentadoria.
- 91.** Daniel sofreu um acidente de trabalho e passou a receber auxílio por incapacidade temporária acidentário. Durante o período de afastamento, ele iniciou uma nova atividade remunerada na mesma área de atuação anterior. Nesse caso, o benefício deverá ser mantido.
- 92.** Lucas, menor aprendiz, iniciou sua primeira experiência profissional em uma empresa aos 16 anos. Diante de tal fato, podemos afirmar que ele não é segurado obrigatório do RGPS.

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

Rubens Maurício

- 86.** Carla, empregada doméstica, sofreu um acidente no trabalho e ficou afastada por 30 dias. Ela não poderá receber auxílio por incapacidade temporária, porque seu contrato de trabalho é doméstico e não conta com este benefício.
- 87.** Luana, empregada de uma empresa, está grávida e prestes a entrar em licença-maternidade. Sua empresa terá que pagar integralmente o salário-maternidade e não poderá deduzir esse valor da contribuição previdenciária.
- 93.** Em caso de desemprego involuntário, o segurado do RGPS mantém sua qualidade de segurado por até 36 meses, desde que comprove o registro no Ministério do Trabalho e tenha recolhido mais de 120 contribuições sem interrupção que tenha acarretado a perda da qualidade de segurado.
- 94.** João, segurado contribuinte individual do RGPS, após um acidente, sofreu uma redução de sua capacidade para o trabalho que habitualmente exercia, em razão de sequelas definitivas. Caso continue trabalhando na mesma função, João pode solicitar o auxílio-acidente.

95. Laura, empregada de baixa renda da empresa Alpha & Beta Ltda, teve dois filhos e solicitou o salário-família. A empresa informou que apenas um filho seria considerado para o benefício. Diante da situação apresentada, podemos afirmar que está correto o entendimento da empresa.

96. Bruno, empregado de uma empresa há 30 anos, sofreu um acidente de trabalho e faleceu. Sua companheira, de 43 anos, com quem mantinha união estável há três anos, terá direito à pensão por morte vitalícia.

97. Vanessa, empregada doméstica, teve sua aposentadoria programada negada pelo INSS sob o argumento de que a categoria não possui direito a esse benefício, nos termos da legislação previdenciária atual. Após a negativa do INSS, Vanessa consultou um advogado que confirmou tal entendimento. Diante do exposto, podemos afirmar que o INSS e o advogado estão equivocados.

98. Patrícia foi diagnosticada com uma doença grave, prevista em lista específica, que reduziu sua capacidade de trabalho. Mesmo sendo segurada especial, ela precisa cumprir 12 meses de carência para solicitar auxílio por incapacidade temporária.

99. Lucas, contribuinte individual, está desempregado há oito anos e deixou de contribuir para o RGPS. Assim sendo, podemos afirmar que, apesar do tempo sem contribuir, Lucas não perdeu a possibilidade de aproveitar o tempo de contribuição anterior para futura aposentadoria.

100. Carlos possui um filho com deficiência intelectual e não tem renda própria. Ele pode solicitar o salário-família, mesmo que sua renda ultrapasse o limite previsto na legislação.

101. Ana, 65 anos, possui renda per capita familiar de um salário-mínimo. Ela solicitou o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social (BPC), mas foi indeferido porque, embora atenda ao critério de idade, sua renda per capita ultrapassa o limite de um quarto do salário-mínimo. Podemos afirmar que o indeferimento foi corretamente feito pelo INSS.

102. João tem 40 anos e sofre de uma deficiência física que reduz sua capacidade de trabalhar e prover seu sustento. Ele mora com a esposa, que é dona de casa, e dois filhos menores de idade. A renda total a família é de R\$ 1.200,00. João não pode receber o BPC, pois a renda per capita de sua família é superior a um quarto do salário-mínimo.

103. Lucas, de 18 anos, com deficiência intelectual, foi aprovado para receber o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social. Ele poderá utilizar o benefício para custear sua inscrição em um curso técnico que facilite sua inclusão no mercado de trabalho.

104. Uma pessoa que recebe o Benefício de Prestação Continuada da Assistência Social - BPC pode acumular este benefício com aposentadoria, desde que a aposentadoria seja oriunda do Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

105. O prazo para interposição de recurso administrativo contra indeferimento do pedido de BPC é de 30 dias, contados a partir da ciência da decisão pelo requerente.

106. A Lei Eloy Chaves, de 1923, é considerada o marco inicial da Previdência Social no Brasil, tendo instituído as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs) para os trabalhadores ferroviários.

- 107.** A Constituição de 1988 trouxe um marco para a seguridade social no Brasil ao estabelecer um sistema tripartite, abrangendo saúde, previdência social e assistência social, todos financiados exclusivamente por contribuições dos trabalhadores.
- 108.** Durante o governo Vargas, na década de 1930, foram criados os primeiros institutos de aposentadorias e pensões (IAPs), que substituíram as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs).
- 109.** A unificação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões em um único sistema nacional ocorreu em 1966, com a criação do INSS.
- 110.** A assistência social, que integra o sistema de seguridade social, é destinada apenas aos segurados que contribuem para a Previdência Social.
- 111.** A Previdência Social é de filiação obrigatória e tem como objetivo garantir proteção em casos de incapacidade, idade avançada, morte e maternidade, entre outros eventos.
- 112.** A saúde, como parte integrante da seguridade social, é um direito de todos e um dever do Estado, sendo financiada exclusivamente pelos impostos.
- 113.** As contribuições previdenciárias dos segurados empregados devem ser recolhidas diretamente pelos empregadores, que também são responsáveis por reter e repassar as contribuições ao INSS.
- 114.** Os segurados facultativos estão obrigados a recolher sua contribuição, por iniciativa própria, até o dia quinze do mês seguinte àquele a que as contribuições se referirem, prorrogando-se o vencimento para o dia útil subsequente quando não houver expediente bancário no dia quinze
- 115.** As receitas da Seguridade Social incluem contribuições sociais, recursos oriundos de concursos de prognósticos e outras fontes previstas em lei.
- 116.** Os segurados especiais são obrigados a recolher contribuições previdenciárias sobre sua produção, independentemente de haver comercialização de produtos.
- 117.** O valor referente ao adicional de férias integra o salário de contribuição para fins de cálculo das contribuições previdenciárias.
- 118.** As parcelas pagas a título de auxílio-alimentação em dinheiro ou mediante cartão ou vale são incluídas no salário de contribuição.
- 119.** As diárias para viagem que excedam 50% do salário do empregado são incluídas no salário de contribuição.
- 120.** São segurados obrigatórios da previdência social, na qualidade de trabalhador avulso, aquele contratado como trabalhador intermitente para a prestação de serviços, com subordinação, de forma não contínua, com alternância de períodos de prestação de serviços e de inatividade, em conformidade com o disposto na legislação trabalhista e previdenciária.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>